



EDITAL

2.º Ciclo – Mestrado em Direito Administrativo

2020-2021

Faz saber, a todos os interessados, em cumprimento do Regulamento dos Ciclos de Estudos Conducentes à Obtenção do Grau de Mestre da Escola de Direito, aprovado pelo Despacho RT-49/2017, e do Despacho RT-15/2020, de 10 de fevereiro, as condições de que depende o acesso ao Curso de Mestrado em Direito Administrativo, nas Áreas de Especialização em Direito das Autarquias Locais, Direito Administrativo e Justiça Administrativa.

I. Contingente candidatos nacionais:

1. Número total de vagas:

Número limite: 30

2. Áreas de Especialização

2.1. Direito das Autarquias Locais: 8 vagas

2.2 Direito Administrativo: 11 vagas

2.3. Justiça Administrativa: 11 vagas

2. Habilitações de acesso

Podem candidatar-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre - 2º ciclo (conforme art. 6.º do Regulamento dos Ciclos de Estudos Conducentes à Obtenção do Grau de Mestre da Escola de Direito):

- a) Os titulares do grau de licenciado em direito ou equivalente legal;
- b) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios de Bolonha por um Estado aderente a este processo;
- c) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Escola de Direito como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado;

d) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Escola de Direito como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

O reconhecimento a que se referem as alíneas b) a d) tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o seu reconhecimento.

3. Período de candidaturas

1.ª fase: de 10 a 30 de julho de 2020

2.ª fase: 01 a 24 de setembro de 2020 (vagas sobranes).

4. Formalização de candidaturas

I) Entrega de candidaturas

A apresentação das candidaturas é efetuada através da área de Candidatos do Portal Académico, mais concretamente através do endereço <https://alunos.uminho.pt/PT/candidatos/Mestrados/>

II) Documentação

Deverão ser submetidos via *on line* os seguintes documentos:

a) Cópia do certificado de habilitações, com discriminação das disciplinas realizadas e respetiva classificação final;

b) *Curriculum vitae* detalhado.

c) Cópia do Cartão de Cidadão ou outro documento de identificação.

III) Sem prejuízo do disposto em convenção internacional aplicável, os documentos mencionados na alínea a) do ponto II devem ser legalizados nos termos do Código de Processo Civil: “Os documentos autênticos passados em país estrangeiro, na conformidade da lei desse país, consideram-se legalizados desde que a assinatura do funcionário público esteja reconhecida por agente diplomático ou consular português no Estado respetivo e a assinatura deste agente esteja autenticada com o selo branco consular respetivo”.

5. Critérios de seleção

I) A seleção dos candidatos cabe à Comissão de Curso, tendo em consideração os seguintes critérios:

a) Ordem de preferência escolhida pelo próprio candidato em relação ao curso de Mestrado a frequentar e à área de Especialização;

b) Classificação da licenciatura ou grau equivalente habilitante para o ciclo de estudos, e de outros graus já obtidos pelo candidato (40%);

c) Classificação das unidades curriculares realizadas na licenciatura ou grau equivalente habilitante relevantes no âmbito do ciclo de estudos (ponderação 40%).

d) Apreciação do Currículum Vitae (20%)

II) Os candidatos a que se refere a alínea d) do ponto 2 deste edital só serão considerados após a seleção dos demais candidatos.

III) Os alunos, selecionados e ordenados, que não tenham vaga disponível no final da 1.ª fase, possuem a qualidade de suplentes, podendo vir a ser chamados a ocupar uma vaga, em caso de desistência, ou em resultado da existência de vagas sobranes no final da 2.ª fase de candidaturas.

6. Transição de vagas entre contingentes nacional e internacional

No final da 2.ª fase de candidaturas, caso se verifique que o contingente para estudantes nacionais não foi totalmente preenchido, existindo vagas remanescentes, serão todas as vagas sobranes atribuídas aos candidatos suplentes da 1.ª fase do contingente de estudantes internacional, por ordem de classificação, até se esgotarem aquelas.

7. Divulgação dos resultados

Com base nos critérios referidos, a Comissão de Curso procede à classificação e ordenação dos candidatos e elabora ata fundamentada da qual constará a lista de admitidos (incluindo os suplentes) e a lista de candidatos não admitidos.

Terminado o processo de seleção, a Comissão de Curso envia aos SAUM a seguinte documentação:

a) a ata, homologada pela Presidente do Conselho Científico da Escola de Direito;

b) a lista ordenada dos candidatos selecionados, indicando os admitidos à matrícula e inscrição (efetivos e suplentes), e os não admitidos.

Os SAUM publicitam as decisões relativas à classificação e ordenação dos candidatos sob a forma de Edital.

7. Matrículas e inscrições

- Os candidatos admitidos devem proceder à matrícula e inscrição, através do Portal Académico, no prazo fixado no edital.

- No caso de desistência expressa da matrícula e inscrição, ou de não realização do procedimento respetivo, no prazo de 3 dias após o termo do período de matrícula e inscrição, os SAUM convocam o(s) candidato(s) suplente(s) na lista ordenada, através de notificação eletrónica enviada para o endereço de correio indicado pelo candidato para esse efeito, para procederem a matrícula e inscrição, até esgotar as vagas ou aqueles candidatos, no prazo máximo definido pela Escola de Direito.

- Os candidatos suplentes referidos têm um prazo improrrogável de 3 dias após o envio da notificação para procederem à matrícula e inscrição.

- A admissão apenas produz efeitos para o ano letivo a que se refere o início do ciclo de estudos.

9. Duração do Curso

Tempo integral: 4 semestres letivos (120 ECTS)

Obs: A frequência segundo o regime de tempo parcial também está disponível.

10. Propina

O valor da propina é de 1.375€.

II. Contingente candidatos internacionais

1. Estudante internacional

O conceito de estudante internacional é o definido no Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, na sua redação atual, que aprovou o estatuto do estudante internacional, regulamentado nos artigos 43.º a 45.º do RAUM.

2. Número de vagas

Número limite: 10

2. Áreas de Especialização

2.1. Direito das Autarquias Locais: 2 vagas

2.2 Direito Administrativo: 4 vagas

2.3. Justiça Administrativa: 4 vagas

3. Habilitações de acesso

Podem candidatar-se ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre - 2º ciclo (conforme art. 6.º do Regulamento dos Ciclos de Estudos Conducentes à Obtenção do Grau de Mestre da Escola de Direito):

- a) Os titulares do grau de licenciado em Direito ou equivalente legal;
- b) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1.º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios de Bolonha por um Estado aderente a este processo;
- c) Os titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Escola de Direito como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado;
- d) Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido pelo Conselho Científico da Escola de Direito como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos.

O reconhecimento a que se referem as alíneas b) a d) tem como efeito apenas o acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou o seu reconhecimento.

4. Período de candidaturas

1.ª fase: de 10 a 30 de julho de 2020

2.ª fase: 01 a 24 de setembro de 2020 (vagas sobrantes).

5. Formalização de candidaturas

I) Entrega de candidaturas

As candidaturas devem ser submetidas através do Portal Académico:

<https://alunos.uminho.pt/PT/candidatos/Mestrados/>

II) Documentação

Deverão ser presentes em sede de candidatura os seguintes documentos:

- a) Cópia do certificado de habilitações, com indicação da média final e discriminação das disciplinas realizadas e respetiva classificação;
- b) *Curriculum vitae* detalhado.
- c) Documento que ateste o nível de conhecimento de língua portuguesa.
- d) Cópia de passaporte ou documento de identificação legalmente equivalente.

III) Sem prejuízo do disposto em convenção internacional aplicável, os documentos mencionados na alínea a) do ponto II devem ser legalizados nos termos do Código de Processo Civil: “Os documentos autênticos passados em país estrangeiro, na conformidade da lei desse país,

consideram-se legalizados desde que a assinatura do funcionário público esteja reconhecida por agente diplomático ou consular português no Estado respetivo e a assinatura deste agente esteja autenticada com o selo branco consular respetivo”.

6. Critérios de seleção

I) A seleção dos candidatos cabe à Comissão de Curso, tendo em consideração os seguintes critérios:

a) Ordem de preferência escolhida pelo próprio candidato em relação ao curso de Mestrado a frequentar;

b) Classificação da licenciatura ou grau equivalente habilitante para o ciclo de estudos, e de outros graus já obtidos pelo candidato; e classificação da(s) unidade(s) curricular(es) realizada(s) na licenciatura ou grau equivalente habilitante relevante(s) no âmbito do ciclo de estudos.

II) Os alunos, selecionados e ordenados, que não tenham vaga disponível no final da 1.ª fase, possuem a qualidade de suplentes, podendo vir a ser chamados a ocupar uma vaga, em caso de desistência, ou em resultado da existência de vagas sobrantes no final da 2.ª fase de candidaturas.

III) Os candidatos a que se refere a alínea d) do ponto 2 deste edital só serão considerados após a seleção dos demais candidatos.

7. Transição de vagas entre contingentes internacional e nacional

No final da 2.ª fase de candidaturas, caso se verifique que o contingente para estudantes internacionais não foi totalmente preenchido, existindo vagas remanescentes, serão todas as vagas sobrantes atribuídas aos candidatos suplentes da 1.ª fase do contingente de estudantes nacional, por ordem de classificação, até se esgotarem aquelas.

8. Divulgação dos resultados

Com base nos critérios referidos, a Comissão de Curso procede à classificação e ordenação dos candidatos e elabora ata fundamentada da qual constará a lista de admitidos (incluindo os suplentes) e a lista de candidatos não admitidos.

Terminado o processo de seleção, a Comissão de Curso envia aos SAUM a seguinte documentação:

a) a ata, homologada pela Presidente do Conselho Científico da Escola de Direito;

b) a lista ordenada dos candidatos selecionados, indicando os admitidos à matrícula e inscrição (efetivos e suplentes), e os não admitidos.

Os SAUM publicitam as decisões relativas à classificação e ordenação dos candidatos sob a forma de Edital.

9. Matrículas e inscrições

- Os candidatos admitidos devem proceder à matrícula e inscrição, através do Portal Académico, no prazo fixado no edital.

- No caso de desistência expressa da matrícula e inscrição, ou de não realização do procedimento respetivo, no prazo de 3 dias após o termo do período de matrícula e inscrição, os SAUM convocam o(s) candidato(s) suplente(s) na lista ordenada, através de notificação eletrónica enviada para o endereço de correio indicado pelo candidato para esse efeito, para procederem a matrícula e inscrição, até esgotar as vagas ou aqueles candidatos, no prazo máximo definido pela Escola de Direito.

- Os candidatos suplentes referidos têm um prazo improrrogável de 3 dias após o envio da notificação para procederem à matrícula e inscrição.

- A admissão apenas produz efeitos para o ano letivo a que se refere o início do ciclo de estudos.

10. Duração do Curso

Tempo integral: 4 semestres letivos (120 ECTS)

Obs: A frequência segundo o regime de tempo parcial também está disponível.

11. Propina

O valor da propina é de 4.500€.

10. Mais informações:

Telefone: 253 601803/05

Email: pos-graduacoes@direito.uminho.pt

Braga, 05 de maio de 2020

A Presidente do Conselho Científico da Escola de Direito da Universidade do Minho,

Profª Doutora Cristina Dias